

SUPERAR OS ACHADOS: método quantitativo para a história do tempo presente

Tiago Alinor Hoissa Benfica
Doutorando em História - UFGD

RESUMO: Este trabalho apresenta uma discussão sobre a utilização de questionários fechados com questões respondíveis em escala, método próprio para pesquisas na área de história do tempo presente. O debate está alicerçado na teoria das representações sociais. A sistematização e a exploração dos dados realizam-se a partir de recursos da informática. O texto é fruto de experiências realizadas durante o período de pesquisa de mestrado efetuada pelo autor do artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia; técnicas de pesquisa; ensino de História.

ABSTRACT: This paper presents a discussion on the use of questionnaires with questions answerable in scale, proper method for research in the area history of present time. The debate is rooted in the theory of social representations. The systematization and exploitation of data are realized from computer resources. The text is the result of experiments conducted during the Master thesis conducted by the author.

KEY-WORDS: Methodology, research techniques, history teaching.

O texto é fruto de reflexões desenvolvidas em pesquisa de mestrado sobre o professor de História, objeto pouco debatido por historiadores e incipiente na área de ensino de História. Para a pesquisa de mestrado *Perfil do professor de História*, considerou-se oportuna a experimentação de um método pouco conhecido na área de História, na forma de um questionário semifechado, com formulários em escala Likert. No início da fase empírica da pesquisa, planejava-se obter dados não apenas com o questionário, mas também com informações recolhidas em arquivos e por meio de entrevistas orais.

No entanto, as questões respondidas em escala produziram grande quantidade de informação e abriu possibilidades múltiplas de exploração dos dados. Naquela situação, a intenção de também se trabalhar com entrevistas teve que ser abandonada.

Caso o leitor deste texto queira apropriá-lo de modo prático, algumas condicionantes terão de ser preenchidas. São elas:

- 1º- possuir certo conhecimento sobre o fenômeno a ser pesquisado em duas frentes: o empírico e o teórico;
- 2º- possuir conhecimentos básicos de informática e de planilha eletrônica.

Pretende-se aqui defender a utilidade do método por meio da demonstração de sua forma, de sua robustez, mas sem desconsiderar sua fragilidade. Como em outros métodos, esse poderá ser mais estimulante de acordo com a capacidade inventiva do pesquisador. Nesse sentido, vale lembrar: “[...] é o *próprio objeto* que deve determinar o método apropriado para investigá-lo” (GADAMER, 2006: 21).

Escolher o método?

O uso de determinados recursos metodológicos para temas e objetos do tempo presente constitui-se um problema quando as fontes são escassas ou inexistentes. Nas Ciências Humanas, as entrevistas orais e os questionários escritos são os meios mais utilizados para a construção de fontes devido a aparente facilidade de manipulação. Novas tecnologias têm contribuído muito, a partir da década de 1960, para a popularização desses métodos, destacando-se o gravador portátil e o microcomputador.

Cumprido destacar que a entrevista oral e o questionário escrito não são métodos excludentes. Conforme o objetivo da pesquisa, um pode ser mais proveitoso do que o outro; contudo, o fator chave para a utilização do questionário escrito fechado, objeto central deste trabalho, ligou-se à quantidade de pessoas que contribuíram com informações para a pesquisa. Outro aspecto que definiu a utilização desse método foi o nível de instrução escolar do colaborador¹.

Sublinhe-se que a diferença básica entre uma entrevista oral e um questionário dissertativo está na possibilidade de controle – em certo sentido – da subjetividade do colaborador no momento da construção da fonte. Caso o pesquisador esteja mais interessado na análise da subjetividade do entrevistado, nos elementos estéticos do conteúdo dos discursos, o caminho mais proveitoso será o da entrevista oral gravada com o gravador de voz ou com a filmadora. O questionário escrito impõe um cercamento dessa subjetividade numa relação de perdas e ganhos. Na análise, os indícios são seguidos

¹ Utiliza-se o termo colaborador para destacar as pessoas que contribuíram, sem constrangimentos, para a pesquisa ao preencherem o questionário. O termo também induz a um comprometimento ético da parte do pesquisador para se desprender do papel de juiz e promotor que interroga os acusados com as provas e as perguntas que possui. Destaca-se que o interesse pela pesquisa ganha muito quando ele é mútuo, ou seja, do pesquisador e daquele que contribui à realização da pesquisa.

visando a um objetivo, e é a ele que o método deve responder e não à totalidade do fenômeno.

O questionário dissertativo pode ser aberto, fechado ou semifechado. As questões abertas são as mais fáceis e rápidas de serem formuladas, tendo como finalidade a obtenção de uma resposta a uma pergunta que termina com uma interrogação ou com uma solicitação: fale sobre tal assunto. Caso o colaborador possua domínio mínimo de escrita, poderá responder o questionário com perguntas dissertativas. Nesse tipo de questão, assim como em perguntas fechadas, manifesta-se a atua do filtro da escrita, uma vez que o colaborador irá refletir acerca das informações a serem escritas.

Em questionários com questões abertas, caso o pesquisador esteja presente para fazer a pergunta e anotar a resposta, torna-se mais conveniente a gravação literal da voz do colaborador numa mídia apropriada. Se o objetivo for copiar e transcrever a resposta de uma pergunta, e depois fazer um discurso sobre o discurso obtido, poucos obstáculos irão se apresentar. Quando a pesquisa envolve muitos colaboradores, o problema é o como classificar e organizar os dados. Se a pesquisa tenciona classificar e sistematizar categoricamente as informações, o questionário fechado ou semifechado traz muitas vantagens.

Sobre “achar os achados”

A partir do século XX, com o advento da “cultura de massa”, a sociedade ocidental passa a interpelar os indivíduos com vistas a formular diversas opiniões sobre o que se costuma denominar por “realidade”. Esse fenômeno acarreta a cristalização de percepções, o que pode gerar conflitos com discursos embasados em critérios científicos das Ciências Humanas que, se algum dia teve importância às relações sociais, hoje se encontram alvo de toda sorte de opiniões. É comum encontrar em conversas, nos mais variados ambientes e, como não poderia ser diferente, nos meios de comunicação, a expressão “eu acho que”, designando uma crença a respeito de algo, sem que haja, geralmente, a explícita identificação das propriedades que autorizariam a crença.

A expressão “eu acho que” possui várias funções discursivas, pelo menos no português do Brasil. Pode-se usá-la como enunciado de resposta para demonstrar uma opinião intuitiva e alheia a fundamentos mais sólidos, ou mesmo para introduzir a análise de algo com dados substanciais. Nesse raciocínio, polariza-se a expressão como se houvesse dois tipos de pensamento: o do senso comum e o do científico. Apesar de essa análise

possuir limitações, fato é que, como essa expressão pode ser utilizada em lógicas discursivas distintas, seu sentido aparece como desgastado à linguagem erudita. Contudo, essa expressão tem uma homologia de sentido, pois, se alguém achou, achou em algum lugar; cabe então perguntar: onde?

No senso comum, achar algo se liga aos mecanismos do fenômeno das representações que contêm as repostas para as questões formuladas. As representações possuem mais que o poder da resposta, uma vez que podem tornar certo questionamento interessante ou desinteressante socialmente. De tal modo, os indivíduos, dispendo de um repertório discursivo socialmente compartilhado, selecionam repostas que contêm, principalmente, um julgamento de valor, cuja função seria adiantar o sentido de uma orientação. Se a opinião é compartilhada por um grupo maior, as di-visões sociais são reproduzidas e, no caso dos “achismos”, tornam-se desnecessárias a exposição de suas propriedades e da responsabilidade do discurso, naturalizadas pelo “efeito realidade” posto em rede. O que está em jogo é o poder simbólico dos discursos que as pessoas compartilham. Quanto mais crença há sobre o discurso, mais os símbolos se tornam cristalizados e “reais”.

O fenômeno das opiniões é um importante objeto de análise a partir do século XXI. O compartilhamento dos símbolos, por meio da comunicação, produz mecanismos discursivos que induzem à prática. O “eu acho” consubstancia-se na primeira pessoa do singular com um nós impessoalizado ou, conforme expressão de Bourdieu, como um “corpo socializado” (2003: 62). Assim, ao estudar opiniões, pode-se construir um olhar sobre determinadas práticas sociais.

Analisar as relações humanas cientificamente tem como objetivo desnaturalizar as relações humanas e tratá-las como fenômenos históricos e datáveis, sincrônicos ou diacrônicos. Para esses estudos, o termo representações² tem oferecido importantes subsídios teóricos. Defini-lo implicaria redução de suas possibilidades de aproveitamento. A palavra representações engloba uma categoria conceitual e um procedimento metodológico sobre a observação e a descrição de fenômenos. O debate liga-se às correntes estruturalistas e pós-estruturalistas, e visa a conhecer a limitação do sujeito mediante as coerções das estruturas sociais e as possibilidades de liberdade segundo o papel social e segundo o capital cultural do indivíduo.

² O conceito de representações não é um monumento iniciado no século XX. Sua origem estende-se há séculos na tradição filosófica. Tampouco é um conceito resolvido, sendo objeto de investimentos de disputas e contradições. Para uma leitura explanatória das tensões intelectuais envolvendo representações, ver CARDOSO, Ciro F. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro F.; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

A representação busca evidenciar em primeira instância que, para o homem, a realidade surge enquanto existência conforme ela é significada. A relação do homem com a realidade passa por filtros culturais e, o mundo concreto, para ser percebido, precisar ser nominado, isto é, apreendido. Dessa forma, as estruturas sociais são incorporadas pelos sujeitos e atuam como sistemas de classificação, orientando o que deve ser percebido e a forma de tratamento. Portanto, as representações são prescritivas, são uma força de combinação “de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado” (MOSCOVICI, 2003: 36).

As representações sociais não apenas revelam algo, mas também ocultam. Ocultam, por exemplo, elementos de tabus, proibidos na prescrição social por seu caráter não-familiar que expressam uma “exatidão relativa”, isto é, ainda não satisfatoriamente familiarizado pelo discurso. Esse não enquadramento numa categoria resulta em medo ou, numa palavra melhor, produz certo tipo de mal-estar. Nas palavras de Moscovici:

Isso deve-se ao fato de que a ameaça de perder os marcos referenciais, de perder contato com o que propicia um sentido de continuidade, de compreensão mútua, é uma ameaça insuportável. E quando a alteridade é jogada sobre nós na forma de algo que “não é exatamente” como deveria ser, nós instintivamente a rejeitamos, porque ela ameaça a ordem estabelecida (MOSCOVICI, 2003: 56).

Desse modo, pode-se pensar o porquê da necessidade, conforme o senso comum, de se ter uma opinião, ou melhor, uma representação sobre algo. A realidade, de aparência ameaçadora, impele os sujeitos a terem uma opinião que lhes garanta uma estabilidade psíquica ao ponto de construírem crenças sobre o corpo, sobre o antes e o depois da vida, por exemplo.

No campo da nova história política, o interesse pelas opiniões estruturantes do político se remete ao fortalecimento das democracias representativas – pelo menos na Europa ocidental capitalista e nos Estados Unidos da América – no período pós-Segunda Guerra Mundial. René Rémond, historiador francês, oferece um exemplo de política na história de sua sociedade: “sob o Antigo Regime, é o domínio do secreto, enquanto que em princípio, na democracia, ela faz parte do espaço público” (RÉMOUND, 1999: 53). Na atualidade, considera-se que o governo, e não apenas o de Estado, é um governo de opinião, pressionado por interesses diversos, explícitos ou implícitos.

No centro desse debate emerge a categoria poder, ou o crédito concedido à representação que viabiliza o poder. Com base em reflexões sobre escritos de Pierre Bourdieu, verifica-se que as estratégias simbólicas de uma representação impõem a

percepção de um sentido com sua objetividade prática, ou melhor, com as intenções objetivas de uma prática. A crença em uma representação relaciona-se com o interesse ligado a uma posição. Exclui-se nessa perspectiva de análise a palavra inocência. Todo posicionamento, seja ele simplificada por dominante ou dominado, vincula-se à relativa segurança obtida no posicionamento dentro do jogo social. Quando se aceita ser submetido a uma forma de poder, também se exerce o poder e pode por ele ser protegido. De uma forma mais canônica, Rémond insere a categoria poder em sua perspectiva de história política:

O próprio político está em evolução permanente. É preciso ter uma definição ampla deste, ainda mais ampla do que aquela dada por Jacques Le Goff: “com referência ao poder”. Certamente o poder é o ponto máximo. O poder supremo, aquele que se exerce numa sociedade global, no interior de um território definido por fronteiras, dispondo do poder de coerção, definindo a regra com a lei e sancionando as infrações, é o único poder que tem todos esses atributos. Mas há também a conquista e a contestação desse poder, e a relação do indivíduo com a sociedade global política – de onde o estudo de comportamentos, das escolhas, das convicções, das lembranças, da memória, da cultura. O político toca a muitas outras coisas. Não é um fato isolado. Ele está evidentemente em relação, também, com os grupos sociais e as tradições do pensamento (RÉMOND, 1999: 58).

Sob essa perspectiva, estudar as representações implica também em uma necessidade de perceber a relação do sujeito ou grupo com a representação. O sujeito poderá aparecer como submisso, resistir ou negociar com a representação, e também poderá utilizá-la como estratégia de ocultamento de fragilidades. Na história do presente estudam-se ideias vivas e não ideias como peças de anatomia.

Potencialidades da escala Likert

Está convencionado que um questionário deve ser iniciado com um enunciado que explique a natureza da pesquisa e que estimule certa confiança no sujeito participante. No enunciado do questionário, há a necessidade de se mostrar um compromisso ético, pois não é de bom grado que os dados obtidos sejam utilizados para subjugar os colaboradores, sob pena de inibir a participação desses em outras pesquisas. Após o enunciado, inserem-se as questões.

Registre que o conhecimento necessário para se utilizar dos recursos da informática não será aprofundado, e o texto se limita a apresentar possibilidades. Tal posicionamento se explica porque o pesquisador não precisa, *a priori*, possuir profundo conhecimento em

estatística e informática. A riqueza do método deve-se às possibilidades de interpretação dos dados obtidos, ou seja, ela estimula ultrapassar o que o método quantitativo proporcionou para a reflexão sobre os dados. A vantagem pragmática do método é a facilidade na obtenção de dados e o não fechamento por demais das alternativas das respostas das questões como no modo bipolar verdadeiro ou falso. A estrutura dessa ferramenta – o questionário em escala – é composta de três elementos: enunciado da questão; itens; tabela de valoração dos itens. Segue uma questão exemplo:

Número da questão	Enunciado da questão	Tabela de valoração dos itens				
16	Quais os fatores que corroboram para que os objetivos de suas aulas não sejam alcançados ou alcançados parcialmente?	Nunca	Quase nunca	Às vezes	Frequentemente	Quase sempre
	Itens					
	a) Indisciplina	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	b) Ausência de reflexão sobre os problemas da escola com os colegas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	c) Falta de material	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	d) Má remuneração, o que leva ao sobrecarregamento de aulas, reduzindo a qualidade do ensino	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	e) Poucas aulas por turma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	f) Má estrutura física da escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	g) Falta de conhecimento prévio dos alunos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	h) Outro (opcional) ou observação:					

Imagem 1: Exemplo de pergunta do questionário.

Esse tipo de questão tem como vantagem proporcionar facilidade para se responder o que se pergunta e orientar o colaborador na avaliação de cada item. Após a leitura do enunciado da questão, identifica-se o item relacionado a ela marca-se o quadrado que corresponde a um nível de intensidade. Também é possível inserir – como está no item “h” da questão apresentada – um item com espaço em aberto, caso o participante deseje fazer algum comentário. Desse modo, uma questão fechada não inibe a possibilidade de apresentação de itens abertos, assim como possibilita certa margem de manipulação da intensidade da atribuição de valor pela pessoa que responde. O modelo de aquisição de dados é simples, mas, para que seja mais bem aproveitado, é necessária uma prospecção dos fatores que ocorrem em *background*. Esse recurso, que tem por objetivo a facilidade no modo de responder, poderá gerar informações complexas, necessitando um bom investimento na confecção desse questionário e em seu tratamento.

Para se apropriar dessa metodologia, torna-se necessário certo conhecimento sobre o que se quer e, para poder questionar, é necessário saber o quê perguntar. Daí a

importância, antes de tudo, de se ter uma visão panorâmica acerca do objeto, de estudo obtida via informações empíricas e teóricas. Uma vez organizada a questão, a tabela de valoração deve ser adaptada ao item e ao objetivo da questão. Assim, pode-se substituir as palavras *Nunca*, *Quase nunca*, *Às vezes*, *Frequentemente*, *Quase sempre* por outros dois modelos adaptados à questão: “*Discordo totalmente*, *Discordo*, *Discordo em parte*, *Concordo*, *Concordo totalmente*” e “*Discordo fortemente*, *Discordo*, *Sem opinião*, *Concordo*, *Concordo fortemente*”. O importante aqui é saber a intenção do questionamento proposto pelo pesquisador, intenção subordinada aos objetivos da pesquisa, que deve ser compreendida pelo participante. Isso reduz as chances de dubiedade.

É claro que a dubiedade não pode ser totalmente eliminada. Sobre isso, observam-se dois motivos: má interpretação do enunciado da questão e do item devido a falhas estruturais na solicitação do questionário; interferências das condições emocionais do colaborador, no momento do preenchimento do questionário, na forma de valoração. Eis aqui uma fragilidade do método.

Dificilmente haverá nas Ciências Humanas, a possibilidade de um método perfeito; contudo, o que torna o método eficaz é a capacidade de controle e de antecipação de falhas. Como o referido método é utilizado para extrair uma subjetividade mediante parâmetros, os dados não devem ser considerados como a elucidação da verdade, mas como uma forma de aproximação do objeto, cuja verossimilhança não é isenta de questionamentos. A importância da fonte obtida se condiciona ao trabalho investido em sua análise. Esse método, pouco utilizado por historiadores profissionais, induz à reflexão sobre a natureza da disciplina História, posto que o próprio método histórico existe enquanto corresponde a certas necessidades relacionadas a um objetivo e a teoria que lhe autoriza. Veja-se a contribuição feita por Norbert Elias, realizada na década de 1930, um dos mais importantes sociólogos do século XX:

À primeira vista, pode ser que “história” pareça um conceito claro e sem problemas. Um exame mais atento mostra quantos problemas se escondem por trás dessa palavra aparentemente simples. Aquilo sobre o que escrevemos, o objeto da pesquisa, não é nem verdadeiro nem falso; apenas aquilo que se escreve a respeito dele³, o resultado da pesquisa, pode ser verdadeiro ou falso (ELIAS, 2001: 30).

A metodologia de construção de fontes pelo pesquisador é autorizada atualmente pela concepção de “documento” histórico em voga. Seguindo os teóricos franceses ligados aos *Annales*, o centro do problema desloca-se do documento como prova, daquilo que o

³ Grifo meu.

passado nos informa sobre o fato ocorrido, para o problema que é formulado e dirigido ao passado. Não obstante, a História tem como identidade do seu trabalho a lida com aqueles vestígios, ou seja, com aquilo que nos informa sobre o passado. A noção de documento se amplia desde o século XIX – coincidentemente no auge da concepção de documento como texto escrito – e chega à atual concepção de documento-monumento, na qual a principal preocupação no trabalho com as fontes primárias não é mais o estabelecimento do verdadeiro e do falso da informação, pois o monumento

é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos (LE GOFF, 2003: 538).

O documento passa a ser visto como um produto da sociedade que o originou e de épocas sucessivas que permitiram que continuasse a existir, mesmo que esquecido. Surge então a categoria *poder* na análise do documento, transformando-o em monumento, sublinhando a intencionalidade do monumento em contraste com a objetividade pretendida pelo documento. Dessa forma, a fonte, ao concentrar tanto o documento como o monumento, é tratada enquanto fenômeno que traz ontologicamente uma série de movimentos.

Junto com a desmistificação da objetividade do texto, a partir de 1960, ocorre a chamada “revolução documental” facilitada pelas novas tecnologias. Em polos relativamente distintos, desenvolvem-se a história serial e a história oral.

Sobre a discussão do método que se apresenta, antes de se aplicar o questionário, é interessante testá-lo em pessoas consideradas de certa confiança para se verificar falhas e dubiedades. Contudo, há que se estabelecer a condição de que a maioria das pessoas não seja tão próxima do pesquisador ao ponto de as “meias palavras” contidas no questionário serem compreendidas pelo grau de proximidade com o pesquisador, ou com o tema da pesquisa.

Coletados os dados, o próximo passo é sua organização, que se inicia com a tabulação. Caso não se tenha um *software* específico, editores de planilha eletrônica subsidiarão a etapa técnica. Cada caixa de marcação na tabela de valoração do item deverá receber um número de 1 a 5, ou de -2 a 2. O primeiro modo facilita a tabulação. A seguir, na questão exemplo, a valoração *Nunca* tem valor 1; *Quase nunca* valor 2; *Às vezes* valor 3, *Frequentemente* valor 4; *Quase sempre* valor 5. A seguir, a tabulação dos dados em planilha eletrônica:

	B	C	D	E	
1	Quais os fatores que corroboram para que os objetivos de suas aulas não sejam alcançados ou alcançados parcialmente?	Indisciplina	Ausência de reflexão sobre os problemas da escola com os colegas	Falta de material	Má remuneração e sobrecarga a quem ensina
2					
3		5	2	3	
4		4	2	3	
5		4	3	3	
6		4	3	4	
7		3	1	1	
8		3	2	2	
9		5	4	4	
10		3	1	3	
11		4	3	2	
12		3	1	3	
13		4	3	3	
14		3	3	1	
15		5	4	2	
16		3	2	4	
17		5	3	4	
18		3	3	3	
19		4	3	3	
20		5	5	5	
21		5	3	3	

Imagem 2: Tabulação de questionário em planilha eletrônica.

Observe-se que a questão e os itens estão na mesma linha. As linhas que seguem a partir da **coluna C** correspondem à resposta de cada colaborador da questão. Para melhor organização, cada questão precisou ser tabulada em uma planilha própria. Para o participante que não respondeu a algum item da questão, deixou-se o espaço reservado em branco. Cada coluna da tabulação corresponde a um item. Após a tabulação dos dados, inicia-se o processo de compilação. Para a sistematização dos dados na pesquisa realizada, utilizaram-se dois conceitos e técnicas da estatística: média e desvio padrão. A seguir encontra-se a tabela com os dados sistematizados:

16- Quais os fatores que corroboram para que os objetivos de suas aulas não sejam alcançados ou alcançados parcialmente?		
ITENS	MÉDIA	DESVIO PADRÃO
a) Indisciplina	3,68	1,07
b) Ausência de reflexão sobre os problemas da escola com os colegas	2,57	1,14
c) Falta de material	2,81	1,08
d) Má remuneração, o que leva ao sobrecarregamento de aulas, reduzindo a qualidade do ensino	3,43	1,21
e) Poucas aulas por turma	3,09	1,24
f) Má estrutura física da escola	2,65	1,29
g) Falta de conhecimento prévio dos alunos	3,55	1,09

Tabela 1: Questão exemplo com dados da resposta na forma de média com desvio padrão.

A média é o resultado da soma dos valores dividido pelo total do conjunto. Quanto maior é a média, maior é o peso geral atribuído ao item. O desvio padrão mensura o grau de confiabilidade da média. Quanto maior é o desvio padrão, menos confiável é a média. Por exemplo, se cinco pessoas assinalarem o peso 1 para um item, e outras cinco o peso 5, a média será 3, o meio termo entre o fogo e o gelo que não existe e, um desvio padrão alto, questionará a confiabilidade dessa média. Para contornar essa fragilidade e facilitar o entendimento, pode-se lançar mão de gráficos organizados em níveis de valoração. Exemplo:

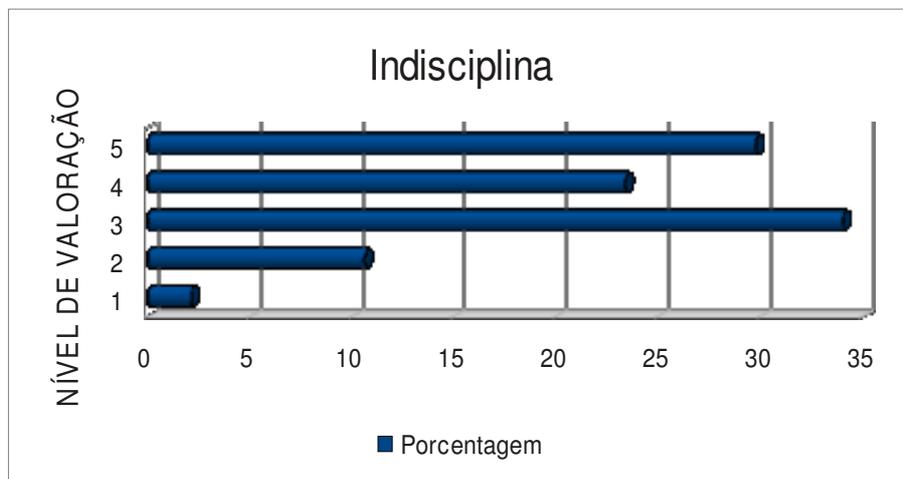


Imagem 3: Gráfico do item "indisciplina" da questão exemplo.

Como é possível observar, o recurso à representação dos dados em gráfico ajuda a melhor perceber os dados, principalmente porque nas Ciências Humanas há certa resistência na leitura de informações com números. No exemplo apresentado, observa-se que a média não foi maior porque a maioria assinalou a valoração 3, e uma minoria atribuiu pouco valor. Assim, é possível visualizar perfis de resposta dentro dos dados gerais e efetuar para a reflexão dos dados, ou seja, iniciar o “superar os achados”.

Até aqui foi apresentada a parte mais “bruta” do trabalho. A partir desse momento, opções surgem sobre o quê fazer com esses dados. A estratégia mais fácil é fazer a exposição desses dados no texto da pesquisa e tecer comentários, podendo os dados ser avaliados a partir da teoria ou de dados de outras pesquisas. A forma de utilização dos dados está condicionada à intencionalidade da proposta da pesquisa do pesquisador. Dependendo da forma que o questionário for organizado, é possível cruzar itens de questões para testar os dados pelos indícios deixados pelos próprios colaboradores.

Na pesquisa de mestrado *Perfil do professor de História*, havia uma pergunta sobre a satisfação profissional do professor. Muitos professores responderam estar satisfeitos com a profissão, apesar da questão da indisciplina ser relevante para a maioria. Daí que o problema escapa ao método e remete ao plano teórico. Como é possível o professor estar satisfeito com o trabalho e sofrer resistência por parte dos alunos? Anteriormente, foi mencionado que os dados não podem ser interpretados como uma realidade sacralizada e, ao menos naquela pesquisa, buscou-se visualizar os dados como a exibição da representação, da interpretação de uma situação. Aqui está o plano teórico, e nele é possível elaborar parâmetros de comparação, o que nesse caso foi chamado de graus de *congruência*.

Para analisar o grau de confiança da opinião dos julgamentos exibidos pelos professores, em relação a sua satisfação profissional, foram cruzados os dados da questão que perguntava “Você está satisfeito com sua profissão?” com o item G da questão exemplo, que versava sobre a “falta de conhecimento prévio dos alunos”. Abaixo encontra-se a fórmula utilizada, a função “se” para o cruzamento, de modo duplicada. A partir dessa fórmula, será exposta a lógica utilizada:

$$=SE(B6=1;(SE(Planilha16.I6>3;"Satisfação incongruente";"Satisfação congruente")));(SE(Planilha16.I6>=3;"Insatisfação incongruente";"Insatisfação congruente")))).$$

A fórmula utilizada parte da função “se”, que é basicamente SE (valor teste); ENTÃO (resultado quando enquadrado no teste); SENÃO (resultado quando não enquadrado no teste). “B6” é a célula da planilha que contém o valor “1”, utilizado para respostas em que o professor se diz satisfeito com a profissão. Se o professor está satisfeito, mas outra questão ele marcou elevada valoração para a “falta de conhecimento prévio dos alunos” (neste caso os valores 4 e 5), isso quer dizer que há uma satisfação incongruente com o trabalho do professor. Se o professor está satisfeito, e os alunos apresentam problemas medianos ou muito baixos de conhecimento prévio (neste caso os valores 1, 2 e 3), então a satisfação é congruente. Agora, se o professor diz estar insatisfeito com a docência e atribui valores elevados para a falta de conhecimento prévio dos alunos (neste caso a partir de 3), sua insatisfação será categorizada como congruente. No entanto, se o professor está insatisfeito com a profissão, e os alunos não apresentam problemas de conhecimento prévio, a insatisfação do professor será categorizada como incongruente.

A seguir, encontram-se os resultados do cruzamento:

Tipo	Quantidade	Porcentagem
Satisfação congruente	15	45,45
Satisfação incongruente	13	39,39
Insatisfação congruente	5	15,15
Insatisfação incongruente	0	0
Total passível de cruzamento	33	100

Tabela 2: Resultado do cruzamento sobre a satisfacionalidade docente.

Mediante o cruzamento, ao se estabelecerem critérios, reduziu-se a positividade da exibição de 80% de professores satisfeitos com a profissão para 45%. Ficaram muito próximas as satisfações congruentes e incongruentes, o que reflete problemas de critérios para avaliar a profissão e uma intencionalidade de uma grande parcela dos colaboradores em se demonstrarem positivamente enquanto profissionais.

No exemplo do parágrafo mencionado anteriormente, a constatação da paradoxal positividade pode ser trabalhada em duas frentes: deduzir, por meio de perspectivas teóricas, o fenômeno encontrado; inferir a nova situação por meio de novas fontes empíricas. Somadas as duas frentes, tem-se uma compreensão de maior complexidade sobre o objeto. Na já referida pesquisa, realizaram-se cruzamentos com itens de diferentes questões para perseguir os mecanismos que comandam a satisfacionalidade docente, o que possibilitou a complexificação do fenômeno estudado.

A fórmula utilizada para o cruzamento dos dados possui a lógica da técnica – utilizada na programação de softwares – e a lógica do método. Pode-se questionar a lógica do método, constituída em testar a satisfação do professor com o grau em que percebe a eficácia do trabalho docente, se não o próprio, mas o de outros colegas. O método avalia a eficácia do trabalho docente, inserida na coletividade inerente dessa categoria profissional, isto é, as habilidades trabalhadas pelo professor de História têm conexão com outros professores de História que lecionaram para seus alunos, e com o trabalho de professores de outras disciplinas que contribuem para a formação de habilidades e competências que o professor busca desenvolver em seus alunos.

A lógica da técnica dificilmente será questionada. Talvez, pode-se questionar possíveis erros na introdução dos dados, o que pode comprometer certas interpretações. Agora, a utilização de fórmulas para cruzar informações ajuda controlar também alguns erros humanos. No entanto, a lógica do método apresentada é mais exposta aos

questionamentos, por exemplo: a satisfação com a profissão do professor está atrelada com a eficácia de seu trabalho, na medida em que ele percebe o nível de conhecimento aprendido pelos alunos? Ou então: os professores entenderam as questões?

Esses são alguns riscos, e muitas pesquisas podem passar por situação semelhante. Como enfrentar esse dilema? Comparando as informações, efetuando apropriação da bibliografia disponível sobre o assunto, ligando os fios da problemática do objeto, isto é, mostrando a complexidade do objeto e os ganhos que a pesquisa trouxe até o momento.

A interpretação dos cinco elementos da escala Likert pode, se a natureza da questão permitir, trabalhar os dados como uma família de três elementos. Os dois primeiros níveis (1 e 2) constituem o polo positivo, os dois últimos (4 e 5) o polo negativo e o nível 3 constitui o elemento neutro que contém tanto o negativo como o positivo. Então, de acordo com a natureza da questão, o nível 3 é a peça chave para auxiliar a interpretação que pode ser associada tanto a um polo como o outro, ou permanecer neutro, inconveniente a interpretações e a cruzamentos.

Cruzar questões constitui possibilidades de abertura de perspectivas interpretativas. Questionar uma exibição, por meio de parâmetros sistemáticos introduzidos pelo pesquisador, estimulado pelos indícios encontrados nos dados, é questionar a representação pelos próprios elementos recombinações do fenômeno em causa. Para isso, necessita-se mesclar o conhecimento teórico do campo de estudo com a esfera técnica do método, aliado aos recursos da informática. Método e teoria estão em dialogia, um enriquecerá o outro, e os dois formatarão a metodologia da pesquisa. Para se fazer uma fórmula de cruzamento, são necessários subsídios para que os paradoxos visualizados não petrifiquem o pesquisador; é necessário saber o que se quer testar para depois fazer a fórmula que poderá ser extensa e complexa quando não houver o auxílio de um *software* específico.

Dependendo da intencionalidade da pesquisa, o trabalho com o questionário poderá envolver meses. Caso seja de interesse mesclar o questionário com entrevistas orais, os resultados do questionário propiciam ao pesquisador uma melhor panorâmica sobre seu trabalho, o que pode favorecer a construção mais elaborada de um roteiro para as entrevistas. No caso de se conseguirem poucas respostas com o cruzamento, ainda resta o benefício da dúvida para o pesquisador.

Considerações finais

Tentou-se demonstrar neste texto a convergência dialógica de elementos na pesquisa histórica de objetos do tempo presente: objetivo, subsídio teórico, subsídio empírico – ou modos de acesso ao fenômeno – e o(s) método(s). Cada um exercerá influência e dinamizará os demais. No entanto, há a necessidade de não se esquecer do objetivo central da pesquisa, pois os resultados podem encantar e desencantar o pesquisador. Estudar um fenômeno histórico do tempo presente pode conduzir ao florear de vários objetos, o que torna perigoso à pesquisa e desvia a intenção central. Melhor objetivar a proposição com a seguinte metáfora: para o tronco da árvore⁴ crescer, são necessários galhos e folhas e tanto os galhos, as folhas, como as raízes poderão se encontrar e se entrelaçar com outras árvores, mas para uma árvore existir, deverá existir um traçado, mesmo que abstrato, da árvore a se visualizar.

Pesquisas na área da História sobre temas do tempo presente, que necessitam construir as próprias fontes, são muito desafiadoras. Mesmo que os historiadores digam que o objeto do passado não esteja totalmente morto, os objetos do tempo presente estão no mínimo “mais vivos”.

Para as pessoas que se interessaram sobre a discussão realizada neste trabalho, registra-se o convite para ler a dissertação *Perfil do professor de História*.

Referências Bibliográficas

BENFICA, Tiago Alinor Hoissa. *Perfil do professor de História: representações e identidades em escolas públicas de Dourados*. 2011. 200f. Dissertação (Mestrado em História), FCH/UFGD, Dourados.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz (português de Portugal). 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad. Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GADAMER, Hans-George; organizador: FRUCHON, Pierre. *O problema da consciência histórica*. Trad. Paulo César Duque Estrada. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

⁴ Rösen (2001) utiliza a palavra árvore como metáfora de objeto, e floresta como metáfora do campo do conhecimento no qual está inserido o objeto.

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão... [et. al.]. 5ª edição. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

MALATIAN, Teresa. A circularidade do discurso: perspectivas metodológicas da história oral. In: *Fontes históricas: abordagens e métodos*. Programa de pós-graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp, Campus de Assis. Assis, 1996.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Trad. Pedrinho A. Guarechi. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003

SILVA, Fábio Ramos da. *Análise das crenças de eficácia de professores de física do ensino médio*. UEL: Londrina, 2007. Dissertação de mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática.

RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAUVEAU, Agnès (org.). *Questões para a história do presente*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: Edesc, 1999.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. Estevão Rezende Martins. Brasília: UnB, 2001.

Recebido em: 24/08/2012
Aprovado em: 15/11/2012